

Discursos sobre a retórica governamental de Bolsonaro: louco, genocida, necroliberal ou cortina de fumaça?

Domenico Uhng Hur

Professor associado de Psicologia da Universidade Federal de Goiás. Professor do Programa de pós-graduação em Psicologia da UFG.



Consideramos que todo pensador e pesquisador das Ciências Políticas e Humanas deve se questionar: ‘Por que Jair Bolsonaro age dessa forma?’ Desde a época em que era deputado federal, até hoje, quando é presidente, Bolsonaro assume uma modalidade discursiva muito peculiar e polêmica.

Por que Bolsonaro tratou diversas vezes com descaso as medidas contra a COVID-19? Ou pior, por que assumiu um montante de práticas que apenas beneficiou a propagação do coronavírus? Por que o presidente não prestou condolência às famílias das centenas de milhares de mortos vitimados pela COVID-19, como qualquer líder de Estado faria? Por que atrasou a compra das vacinas, ignorando as tratativas da Pfizer e do Instituto Butantan em 2020? Por que começou a defender o voto impresso para as próximas eleições? Ao invés de adotar condutas que mitigariam o contágio do coronavírus, assumiu um discurso negacionista, ações pessoais contrárias à prevenção, com uma apologia a um remédio sem eficácia cientificamente comprovada (cloroquina). Atualmente permanece não usando a máscara, continua a provocar aglomerações, e inclusive diversas vezes desmotivou que a população tomasse a vacina, proferindo inúmeras frases de efeito, como por exemplo sobre o risco das pessoas virarem “jacaré”, etc.

Em um trabalho passado analisamos suas frases de efeito como elementos discursivos de um populismo de extrema-direita, que obteve grande eficácia e êxito na campanha eleitoral presidencial de 2018, bem como em suas antigas campanhas para deputado (HUR; SANDOVAL, 2020). Naquele momento, a contundência de seu discurso tinha como função construí-lo como uma nova oferta política totalmente diferente dos políticos considerados do status quo, que governaram o Brasil nas últimas três décadas (HUR; SABUCEDO, 2020).

Mas ao assumir a presidência havia ao menos duas expectativas gerais em relação ao seu governo. A primeira expectativa é que com a sua vitória eleitoral teria que mudar sua lógica discursiva, pois o populismo pode ser uma ferramenta eficaz eleitoral, mas não como de governo (HUR, 2021). Na oposição um político pode ganhar muita visibilidade e votos dividindo a sociedade e se colocando como antagonista ao existente, como uma nova resposta à crise social e econômica, uma nova oferta política, ou mesmo um Messias (DORNA, 2012). Mas ao ocupar a gestão,

a situação, não é muito eficaz manter essa divisão da sociedade, pois governar é dialogar, mediar, negociar, tentar criar uma coalizão, uma composição entre os diferentes setores, uma união, mesmo que fictícia. Contudo, Bolsonaro manteve o mesmo discurso beligerante, não só contra as esquerdas, como também com ataques a antigos aliados, a instituições fundantes da política, como o Supremo Tribunal Federal, a governadores, e até importantes parceiros comerciais, como a China. Ao invés de coalizão prefere utilizar a estratégia da desagregação. A segunda expectativa refere-se à avaliação de sua gestão. De início já se conjecturava que seu governo seria mal avaliado e que derreteria mediante à opinião pública. Mas a surpresa é que não apenas não derreteu, como ainda mantém o apoio de quase metade da população e de importantes setores das Forças Armadas, por mais que gradativamente venha perdendo parte desse apoio.

Mesmo sendo rechaçado por significativa parte da opinião pública, o Governo Bolsonaro mantém certa estabilidade. Por outro lado, sua posição a cada dia se precariza mais devido à CPI da COVID-19, que está coletando uma série de suspeitas de improbidades em seu governo, tal como a suspeita da prevaricação e do superfaturamento sobre vacinas, e os mais de cem pedidos de impeachment, ainda engavetados pelo presidente do congresso, sem nenhuma previsão de serem colocados em discussão.

Contudo, mesmo com os índices ruins na economia (para a maioria da população), a dívida pública aumentando exponencialmente, bem como o exorbitante número de mortes pela COVID-19, o presidente continua a emitir suas frases de efeito, que muitas vezes ultrapassam o limite do decoro. Alguns de seus assessores e ministros mantêm a mesma lógica discursiva, emitindo frases e bordões que surpreendem e indignam a opinião pública.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é conhecer os tipos de discursos sobre a retórica do presidente Bolsonaro, para discutir sua função psicossocial na construção de sua governamentalidade. A que serve? Qual é sua eficácia política? Por que Bolsonaro age dessa forma?

Muitos preferem reduzir os atos de fala do presidente, estereotipando-o como louco, ou psicopata. Nossa hipótese a ser discutida nesse texto é que não se referem a um desvario, a um equívoco governamental, mas que ocupam um lugar-

chave em sua estratégia de governo, ou melhor, nas estratégias de um governo neoliberal de extrema direita.

O método de trabalho adotado foi uma revisão sobre os diferentes tipos de análise crítica que jornalistas, comentaristas e pensadores fazem de Bolsonaro na grande mídia, e também como esta cobriu determinados acontecimentos. Dentre os diversos discursos encontrados sobre a retórica do presidente, categorizamos quatro diferentes tipos, e os articulamos a reflexões referenciadas pela esquizoanálise de Gilles Deleuze e Félix Guattari e algumas teorizações da Psicologia Política.

Vale destacar que os atos de fala do presidente não possuem apenas um caráter semântico, mas sobretudo pragmático. O linguista John Austin (1962) nos ensina que a linguagem não assume apenas um caráter representacional do mundo, mas também performativo. O discurso dramatiza, performatiza, cria, realidades. Tal aceção também é compartilhada por Deleuze e Guattari (1980a) que discutem o caráter ilocutório, pragmático, da linguagem, a qual funciona como ‘palavras de ordem’. Nesse sentido, o discurso do presidente não figura apenas como um significante, um símbolo, representação, da realidade, mas opera como uma modalidade de produção dela. Por isso a importância de se atentar como o discurso político cria regimes de visibilidade desse mundo que habitamos e compartilhamos.

Tipos de discursos sobre Bolsonaro

Ao realizar uma revisão sobre os tipos de discursos referidos à conduta do atual presidente, encontramos uma variedade de análises. Dividimos em quatro modalidades gerais. Há aqueles que afirmam que 1. Bolsonaro é louco, psicopata. Há outros que defendem que 2. Bolsonaro é genocida. Também há um terceiro agrupamento que afirma que 3. Bolsonaro intensifica a necropolítica neoliberal. E um último, que compreende que 4. Bolsonaro utiliza estratégias discursivas para despistar outras ações.

Discorreremos sobre essas quatro hipóteses a propósito da retórica do presidente, citando alguns trechos que foram publicados pela grande mídia, mas sobretudo, desenvolvendo nossa própria análise sobre esses quatro tipos de discursos e suas implicações psicopolíticas.

1. Bolsonaro é louco?

O primeiro tipo de discurso, de que a) o presidente é louco, um desvairado, é bastante propagado no senso comum. Essa perspectiva compreende que Bolsonaro emite tais frases, pois supostamente não tem uma percepção adequada sobre o cenário social, expressando assim opiniões idiossincráticas e politicamente incorretas. Muitos são os que categorizam o presidente como louco, perverso, psicopata, ou palavras similares que cumprem função convergente à loucura. E que devido a tal ‘distúrbio’, deveria ser interdito como presidente, ou ao menos como gestor das práticas relacionadas à pandemia.

Citamos brevemente como exemplo falas de dois dos psicanalistas mais importantes do país. O psicanalista carioca Joel Birman (2020) afirma que Bolsonaro não é louco, mas que suas condutas manifestam possível psicopatia. Já o psicanalista paulista Christian Dunker (2021) também prefere não categorizar o presidente de louco. Mas utiliza denominações distintas que têm o mesmo efeito performativo, como chamando-o de ‘perverso’, ou então de ‘pessoa canalha’, ‘pessoa limitada’.

Consideramos que esse tipo de análise, de categorizar uma figura política como um ‘louco’, estereotipá-lo com alguma ‘psicopatologia’, é muito perigosa. Pois é uma modalidade de análise que desloca uma questão política ao psicológico. Ou seja, é uma análise com um viés reducionista, pois diminui uma questão política ao âmbito do psíquico. Desloca toda uma problemática que atravessa uma série de instituições, variáveis econômicas, negociações com diversos setores, a uma caracterologia psicopatológica. Isto é, opera com uma psicologização do político.

Nesse sentido, compreendemos que é um equívoco querer analisar situações políticas apenas por ferramentas psicológicas. O funcionamento do sistema político não obedece às mesmas regras de operação da máquina psíquica, bem como a sociedade também não funciona como o agenciamento familiar (MENDEL, 1971). Adicionado ao fato de que essa modalidade de análise é um tipo de ‘psicologia selvagem’, pois se analisam frases emitidas em contextos públicos, que têm todas suas funções retóricas, performáticas e de governabilidade, como se fossem coletadas num *setting* psicológico analítico. São dois contextos muito diferentes, os quais o próprio Sigmund Freud (1910) já nos alertava sobre os riscos de uma psicanálise silvestre.

O discurso psychologizador, mesmo sendo uma forma de explicação reducionista, proporciona uma representação 'satisfatória' à parcela da população, pois supostamente diz de uma 'essência' do indivíduo em questão. É uma 'explicação' fácil e palatável ao senso comum. Então, se o presidente emite frases desarrazoadas, é porque possui algum problema de personalidade, em sua própria essência, em seu ser. Assim, é uma análise eminentemente patologizadora. Portanto, numa sociedade individualista, que costuma buscar a 'essência' das coisas, essa modalidade de explicação, mesmo que simplista e redutora, acaba por ter adesão de significativa parcela da população.

2. Bolsonaro é genocida?

O segundo tipo de discurso, de que Bolsonaro é genocida, é o que vem assumindo maior intensidade nas manifestações contrárias ao presidente. Há milhares de manifestações nas redes sociais, nos atos e protestos, afirmando que o atual presidente é genocida.

Essa afirmação se baseia nos fatos de que como Bolsonaro atrasou muito tempo em adotar as medidas para combater a COVID-19, e como assumiu discurso e práticas negacionistas relativas à pandemia, ele pode ser considerado como um dos principais responsáveis pela difusão do contágio e morte da população brasileira vitimada pelo coronavírus. E mesmo antes disso, o discurso do presidente de apologia à posse de armas de fogo, sua crítica ao controle da velocidade nas vias públicas, o ataque e desmonte do SUS, a "quase" omissão frente às queimadas na Amazônia e no Cerrado, intensificam esse imaginário de exterminador da vida em suas mais diferentes formas.

Tal crítica de que o presidente é genocida está sendo muito polêmica. Muitos dos que proferem publicamente o termo 'Bolsonaro Genocida' foram e são perseguidos pelo Estado, com base na Lei de Segurança Nacional, como o processo contra o youtuber Felipe Neto (já arquivado), ou prisões arbitrárias, como a que ocorreu com o professor goiano Arquidones Bites em 31/05/2021. Alguns também afirmam que genocida não seria o termo mais correto para referir-se às ações do presidente. No Dicionário online de português há a seguinte definição de genocídio:

Extermínio proposital que aniquila, mata uma comunidade, um grupo étnico ou religioso, uma cultura ou civilização etc.:

o genocídio dos índios das Américas. Massacre que atinge um grande número de pessoas, populações ou povos. Ação de aniquilar grupos humanos através da utilização de diferentes formas de extermínio: a pobreza ou a fome em certas regiões do mundo, o sequestro permanente de crianças e refugiados são exemplos de genocídio.

Etimologia (origem da palavra genocídio). A palavra genocídio deriva da junção de geno-, do grego "genus", que significa raça, e do sufixo -cídio, do latim "caedere", com sentido de matar (2021, s/p.).

A palavra genocídio geralmente é utilizada para se referir a um massacre sobre um determinado povo, etnia, ou raça, por exemplo o genocídio do povo armênio ocorrido no início do século XX. Essa é a definição mais corrente e segue seu significado etimológico. Esse caráter mais genético, de aniquilação de uma raça, de um grupo específico, o qual se refere o termo, traz um distanciamento dos efeitos das ações do presidente em relação à pandemia, visto que as mortes estão sendo generalizadas. Contudo, constata-se que a partir do final da 3ª linha da definição de genocídio no Dicionário que sua acepção é ampliada. Não se restringe mais à questão genética e amplia-se a 'grupos humanos', de forma genérica. Então não seria o extermínio de apenas um povo, de uma etnia, como também de um grande número de pessoas de diversas populações, através de diferentes meios de destruição.

Portanto, a continuidade dessa definição, que traz sua ampliação, abarca os efeitos da conduta do presidente em relação às suas práticas de negação e omissão para combater a pandemia, que resultaram diretamente num maior contágio e aumento do número dos mortalmente vitimados. Por isso que seus críticos o adjetivam como genocida: pelo fato de ser um protagonista do elevado número de mortos pela COVID-19, índice que poderia ser reduzido se o poder executivo tivesse agido de maneira contrária a qual operou. Nesse sentido qualifica-se o governo de Bolsonaro como necropolítico, ou seja, como o poder soberano que pratica diretamente as políticas da morte (MBEMBE, 2018). O debate sobre um Estado assassino encontra-se no curso de Michel Foucault, compilado na obra "Em defesa da sociedade" (1999). O filósofo francês desenvolve a ideia da constituição de um

Estado racista, que introduz uma espécie de corte, “entre o que deve viver e o que deve morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 304), num marcador eminentemente racial, isto é, biológico. O outro, o diferente, é visto tal como um agente infeccioso. Assim sua morte passa a ser legitimada, em regimes fascistas, como uma forma de garantir a sobrevivência do coletivo (DELEUZE, 1986).

Essa necropolítica, o genocídio de populações, é muito clara com o que a população negra vem passando há séculos, seja no Brasil, ou em outros países do continente americano. O premiado diretor John Singleton (1991), no filme *Boyz n the hood*, afirma que nos EUA ocorre um genocídio racista. Contudo, ele não retrata apenas a tradicional e histórica violência do branco sobre o negro, senão também a própria violência do negro sobre o negro, seja do policial, seja do membro de outra gangue, em que é a própria juventude pobre e negra que está se autoassassinando, de modo molecular. Num processo em que ambos estão cronificados e intoxicados de forças reativas, traçando o ápice das linhas abolicionistas e autoabolicionistas.

Singleton conjectura que liberação das armas de fogo à população faz parte de uma governamentalidade necropolítica norte-americana. O artista defende que não é mera coincidência a existência de inúmeras lojas de armas de fogo e de bebidas nos bairros pobres americanos, onde vivem predominantemente uma população negra e latina. Sabe-se que álcool e armas de fogo fazem uma combinação explosiva e mortífera. O estampido que faz o combustível explodir e que gera destrutividade. A tal ponto que se constitui um território de autoextermínio para a regulação das populações. Ou seja, uma necropolítica que visa eliminar não apenas uma mão de obra desempregada em tempos de desemprego produzido pelo neoliberalismo radical, como também uma população indesejada às elites brancas: os negros, os imigrantes e os pobres.

Destaca-se que este não é um fenômeno apenas molecular, pois tem seu determinante molar-estatal, atualizado por um Estado racista. As armas de fogo são fabricadas pelas grandes Indústrias armamentistas, que são geridas por um corpo diretivo quase completamente branco e rico. E sua venda é aprovada por um legislativo majoritariamente branco, rico e masculino. Então a liberação das armas faz parte de uma biopolítica de ‘segurança’. A hipótese levantada é: Se as prisões e os bairros estruturados como campos de concentração não contêm suficientemente bem as ‘populações indesejadas’, por que não as armar para que destruam a si

próprias? Então essa seria uma prática de genocídio muito mais sofisticada, mordaz e terrorífica, pois os agentes da violência estatal tentam se invisibilizar nesse processo, culpabilizando assim as próprias vítimas pela violência exercida.

No caso do Brasil, consideramos que essa conjectura de Boyz n the hood também pode ser aplicada. Entretanto, destaca-se que não seria algo novo com o atual governo federal, por mais que ele possa intensificar mais violência e mortes. Pois essas práticas de um Estado brasileiro racista já ocorrem há décadas, senão séculos. Evidentemente, com a flexibilização no acesso às armas de fogo, apoiada efusivamente pelo atual governo executivo, haverá o aumento exponencial dos assassinatos de minorias sociais¹, sejam os jovens negros, os residentes em bairros periféricos e inclusive as mulheres, nessas práticas de *generocídio*, conhecidas como feminicídio.

Consideramos que esses dois discursos sobre Bolsonaro, 1. louco e 2. genocida, referem-se mais a categorias do juízo, do que políticas, sendo assim uma possível redução na análise do processo. Por isso que esse qualificativo de genocida também não é muito elucidativo. Nessas categorizações se julga o presidente como alguém com apetites estranhos, distúrbios mentais ou morais. Essas adjetivações parecem se referir mais a um suposto distúrbio de personalidade do presidente, e não a uma questão de estratégia política. Assim ele pode ser capturado em uma 'imagem', e diminuído o seu potencial de ação, no âmbito de um julgamento moral. Seus críticos passam a se julgar superior a essa pessoa, considerada psicologicamente, ou moralmente, descapacitada. Nessa perspectiva, Bolsonaro é visto como uma espécie de 'bufão' pela opinião pública. Então, criticá-lo como louco ou genocida acaba tendo como função mais expressar os sentimentos de indignação e ira direcionados à pessoa do presidente, ao invés de uma crítica programática política. Os que se sentem como moralmente superiores a ele riem de suas falas, o ridicularizam, mas mesmo assim é ele que se mantém no poder executivo do país, privatizando os bens públicos, gastando cifras milionárias no cartão corporativo, ou no feriado de carnaval (SOBRINHO, 2021).

Caso o presidente realmente esteja imprimindo uma prática genocida, qual seria a motivação dessa estratégia? Será que é apenas por uma questão de

¹ Minorias que se referem aos regimes de poder, pois são maiorias numéricas (DELEZUE, GUATTARI, 1980b).

investimento narcísico e de querer se eternizar como um ‘Nero tupiniquim’? Entrar nos anais da História como o presidente que ‘acabou com o Brasil’? Ou pode ser uma estratégia resultante de um conchavo com os super-ricos que estão lucrando com as mortes na pandemia?

3. Bolsonaro e a necropolítica neoliberal

Muito se tem falado das práticas ‘necropolíticas’ do presidente, o exercício das políticas da morte. Conceito importante de Achille Mbembe (2018), mas que nesse contexto pode mais prejudicar do que auxiliar nossa discussão. Pois abordar primeiramente a necropolítica, pode fazer parecer que há um ‘psicopata’, um ‘genocida’, no poder federal, que quer colocar fogo em tudo, com suas políticas de negação, morte e destruição. Nesse sentido, pode-se cair no risco de psicologizar e individualizar o problema, enquanto a questão é política e social, tal como destacamos nos dois tópicos anteriores.

Dessa forma, uma terceira linha discursiva compreende que as falas de Bolsonaro e suas ações de não combate à COVID-19 são deliberadas e têm como finalidade a consecução da lógica neoliberal ao máximo. Destaca-se que nesse período da pandemia as grandes empresas e os super-ricos obtiveram recordes de lucros, havendo assim um aumento do patrimônio e do número de bilionários no Brasil e no mundo.

Desde o início Bolsonaro minimiza a mortalidade do coronavírus, utilizando significantes como “gripezinha”, e conclama que a população não fique em isolamento social e permaneça trabalhando. Até a data de publicação deste artigo, o presidente enfrenta de maneira férrea as Unidades de Federação que querem aprovar o lockdown, ou o fechamento de determinados tipos de comércio e serviços.

Considera-se que com seu posicionamento busca manter as engrenagens do capital rodando. Portanto, o governo federal estimula que as pessoas continuem trabalhando e se arriscando a se infectar com o vírus, e conseqüentemente morrer. Uma ação perigosíssima, pois adiciona-se o fato de que o sistema público de saúde não está conseguindo atender tal número elevado de pessoas, seja pela falta de vagas em hospitais, equipe profissional (médicos/as e enfermeiros/as), insumos básicos (oxigênio, ‘kit intubação’) etc.

Deleuze (1986) afirma que o capitalismo não opera apenas sobre a maximização de seu potencial produtivo, na criação de bens, mas também agencia um potencial de destruição de populações para maximizar os lucros. Nesse sentido, para manter a produção de populações de moedas e de produtos, também utiliza como método a destruição de populações quaisquer. E o ponto nevrálgico é que a axiomática do capital (DELEUZE; GUATTARI, 1972) trata indistintamente as diferentes populações, sejam de moedas, grãos, vidas humanas, ou seja trata-as da mesma forma no par destruição/criação (DELEUZE, 1986).

O funcionamento imunitário é característico do diagrama do rendimento, pois nele se maneja, tal como nos fluxos de financiamento, uma nova potência: a da destruição. (...) A abolição torna-se o procedimento fundamental da gestão da vida no espaço aberto. De forma análoga à destruição de populações de moedas pela estratégia neoliberal, que serve para a regulação dos fluxos econômicos e de investimentos, opera-se a destruição de populações humanas. A eliminação de determinados fluxos humanos tem como finalidade a regulação da espécie e do controle da circulação entre as fronteiras (...). Há, portanto, uma composição destruição/criação das populações de quaisquer espécies, operação que se destina a uma regulação móvel, calcada na instabilidade e no destruir/criar. Atua-se num modelo imunitário, de eliminação daquilo que não se conseguiu modular pela axiomática do capital, ou que não é considerado útil para o incremento da produtividade: 'os restos', os corpos improdutivos, os corpos matáveis, o homo sacer (HUR, 2018, p. 142).

Nessa citação, discutimos como os corpos considerados improdutivos se tornavam alvo de destruição, como forma de regulação das populações e da vida em tempos de capitalismo. No entanto, com a pandemia da COVID-19 constatamos que não são apenas os corpos improdutivos, os considerados descartáveis, que são sacrificados. Agora também são incluídos como corpos descartáveis os corpos

produtivos, com grande potencial de trabalho. São corpos matáveis e indispensáveis para que se mantenha a rotação das engrenagens do capital. Populações que são deixadas ao risco de morte para otimizar a produção de fluxos de mercado e investimentos (HUR; SABUCEDO; ALZATE, no prelo).

Nesse sentido, sustentamos que no próprio funcionamento do capitalismo já há uma produção inerente de morte, de eliminação de populações com a finalidade de maximização dos lucros. A axiomática do capital (DELEUZE; GUATTARI, 1972) em si produz a morte. Entretanto, é necessário destacar que nem todos países com economias eminentemente neoliberais tiveram os mesmos resultados catastróficos em relação ao número de mortes que o Brasil obteve. Em nosso país, houve a constituição de uma espécie de *necropolítica neoliberal*, que resultou de um agenciamento de um poder soberano *sui generis* com uma estratégia neoliberal radical. O governo Bolsonaro utilizou um discurso negacionista da gravidade da doença e abriu mão de qualquer cuidado de prevenção para a população, conclamando-os ao retorno ao trabalho. Defendeu uma lógica de trabalho e produção sem uma preocupação de cuidado à população. As mortes das centenas de milhares de pessoas estão sendo vistas apenas como um custo a se pagar para manter a economia funcionando, em que o primado não é pelo genocídio, mas sim pela manutenção da rotação das engrenagens do capital. Então para a manutenção da circulação da população de moedas e dos fluxos de investimentos, deixa-se que populações humanas sejam eliminadas.

Decorre-se assim no país uma prática de um Estado capitalista mais intensificado e radicalizado, mas sem 'bem-estar social': um Estado de *warfare* e não *welfare* (ALLIEZ; LAZZARATO, 2021). Tal primado pela produção e manutenção do trabalho, sem as eventuais práticas de proteção da população acarretaram essa necropolítica neoliberal. Então sua política econômica ao invés de neoliberal, é eminentemente *necroliberal*. O bolsonarismo não fomenta assim o neoliberalismo, mas o *necroliberalismo*.

Esse necroliberalismo pode ser considerado ainda mais grave, caso seja exercido de forma consciente e deliberada pelo governo. Nesse enunciado, que se assemelha aos elaborados por 'teorias da conspiração', pode-se hipotetizar ficticiamente o remoto caso de que o presidente estaria agindo conscientemente de um modo necroliberal, eliminando intencionalmente os corpos potencialmente

produtivos ao capital, visto que a mão-de-obra a cada dia é mais descartável e menos especializada.

É como se nesse necroliberalismo, num conluio com atores do Mercado, espera-se obter com a massa de mortes os seguintes resultados: o enxugamento dos gastos na previdência, diminuição na porcentagem do desemprego, extermínio dos povos e terras indígenas, para promover a ampliação do extrativismo mineral, vegetal e animal (garimpo e aumento do agronegócio) etc. Também poderia ser uma forma de controle populacional de acordo com a oferta de empregos, que a cada dia se automatiza mais e deixa de necessitar mão de obra humana. É como se fosse uma antecipação de como lidar com o problema da futura massa dos inempregáveis (HARARI, 2018). E para otimizar os índices do mercado, os lucros dos super-ricos, e mesmo sua segurança física, o governo já seria protagonista em eliminar a enorme multidão de milhões de desempregados e inempregáveis. Pois chegamos a um momento que devido ao vertiginoso desenvolvimento da tecnologia, das máquinas, da inteligência artificial e a precarização das leis trabalhistas, muitos dos atuais adolescentes e crianças futuramente nunca terão um emprego formal. Assim, alguns poderiam supor que há uma prática de extermínio e enxugamento populacional que antecipa o problema do desemprego, e que é diretamente atrelada à lógica de gestão da vida do governo Bolsonaro e Guedes.

Obviamente essa suposição ficcionalizada pode parecer muito estranha e ‘sofisticada’ sobre um clã político, que supostamente utiliza práticas antigas e entranhadas da política institucional brasileira. O primogênito de Bolsonaro é investigado pela suspeita de perpetrar as ‘rachadinhas’, velha prática de subtrair porcentagem salarial dos assessores do gabinete para a realização de outros fins, sejam políticos ou pessoais. Assim parece bastante improvável que esse clã político possa assumir uma conduta que atualiza ao máximo o quantum de destrutividade do diagrama capitalista, enquanto há investigação sobre um de seus componentes, relacionada a supostas práticas que se referem a um diagrama eminentemente feudal, típicas de um suserano que subtrai seus vassalos.

De qualquer forma, nessa terceira modalidade discursiva, o genocídio pode ser considerado como um dos métodos principais do necroliberalismo. Não o genocídio de uma raça, etnia, ou gênero, mas de uma nova categoria, dos sem-empregos, ou dos inempregáveis. A prática genocida não corresponde a um desvio

individual, mas a uma estratégia governamental acordada por uma grande rede. Uma estratégia de gestão que utiliza a pandemia da COVID-19 para operacionalizar a intensificação destrutiva do projeto necroliberal. Isto é, não é o que o coronavírus foi desejado, muito longe disso, mas a pandemia emergiu como uma ferramenta oportuna para concretizar esse extermínio e regulação populacional necroliberal. Dessa forma, o governo federal assume conduta nociva para a saúde da população, mas muito convergente aos interesses financeiros dos super-ricos.

4. Bolsonaro e a tática de despistar

A quarta modalidade de discurso sobre as falas de Bolsonaro é menos propagada que os outros três tipos. É uma modalidade de análise que é bem mais simples que a hipótese anterior e que possivelmente temos maior concordância. Considera-se que o presidente utiliza tais frases de efeito como uma tática para despistar suas práticas de governo. É como se criasse uma ‘cortina de fumaça’ para encobrir, confundir, ou deslocar a atenção da opinião pública, de outra ação que está realizando.

O antropólogo Piero Leirner afirma que a campanha de Bolsonaro em 2018 utilizou uma estratégia de comunicação referenciada numa tática militar de ponta, criando cenários confusionais, de dissonância cognitiva, numa espécie de guerra híbrida. Então mescla fake-news, contradições, produz um cenário de confusão e insegurança, para depois se colocar como um ator que restituirá a ordem (SETO, 2018).

Consideramos que o presidente mantém essa mesma lógica discursiva em suas falas e manifestações polêmicas. Bolsonaro utiliza imagens de pensamento, símbolos, narrativas discursivas, como forma de despistar a opinião pública, para radicalizar a gestão neoliberal. Tal fato pode ser facilmente visibilizado quando se articula os feitos do governo federal com a emissão de suas frases de efeito. Nesse período da pandemia foram aprovadas a privatização de um montante de equipamentos públicos, como aeroportos, rodovias, a Eletrobrás, os Correios etc., com pouca ou quase nenhuma discussão e divulgação na grande mídia. A Reforma administrativa já foi aprovada em primeira votação na CCJ. No que se refere aos Correios, ressalta-se que não é uma empresa pública que está dando prejuízos ao Estado, um fator que poderia justificar sua privatização, mas sim grandes lucros.

Apenas em 2020 os Correios apresentaram o lucro de R\$ 1,5 bilhão de reais (TOMAZELLI; WARTH, 2021).

Então, enquanto a agenda neoliberal, a venda do sistema público, é executada a todo vapor, a grande mídia dá maior visibilidade às frases de efeito do presidente, por exemplo a ficção de virar “jacaré” após tomar a vacina. A opinião pública, a oposição, a população de modo geral, realiza o mesmo, reproduzindo e repudiando algumas de suas falas, ou fazendo alegorias com a figura do jacaré nos seus perfis do Instagram e do Facebook. Mas a pauta do combate contra as privatizações, uma bandeira de luta importante contra o governo Fernando Henrique Cardoso (na década de 1990), praticamente foi esquecida e perdeu visibilidade.

Com a CPI da Covid, surgiram denúncias e suspeitas intensas contra a gestão de Bolsonaro, sobre pedidos de propina de pessoas ligadas ao governo para a compra de vacinas, ou a tramitação um tanto obscura para firmar o contrato de compra da vacina indiana Covaxin. Essas informações emergiram como um grande escândalo na mídia contra o governo. Contudo, de forma estratégica, Bolsonaro se absteve de maiores comentários sobre essa questão e preferiu investir intensamente na temática da necessidade do voto impresso e na suposta facilidade de fraudes nas urnas eletrônicas. Então, novamente produziu uma narrativa que capturou a atenção da mídia e de grande parcela da população.

Consideramos que esses movimentos discursivos de Bolsonaro são estrategicamente construídos e planejados. Os marqueteiros do presidente utilizam algo bastante investigado pela Psicologia Política e que é denominado como ‘heurística de acessibilidade’ (TVERSKIS; KAHNEMAN, 1973). Grosso modo, ela se refere ao viés que as pessoas adotam em valorizar perceptualmente mais uma experiência, sensação, imagem, que outra, geralmente por seu grau de intensidade, ou atratividade. O staff de Bolsonaro maneja muito bem esse fenômeno. Elabora imagens de pensamento, figuras cognitivas, que colam de forma mais intensa ao imaginário da opinião pública, geralmente por trazer um maior apelo afetivo. Nesse sentido, se no mesmo momento o Governo privatiza uma companhia energética, diminui o valor do auxílio emergencial, cria uma espécie de orçamento paralelo de R\$ 3 bilhões de reais, e fala que se uma pessoa tomar a vacina pode virar jacaré; pela heurística de acessibilidade as pessoas se lembrarão da imagem mais intensa, ou dissonante, que é a hipótese absurda de uma pessoa virar jacaré com a vacina da

COVID-19. Essa alegoria do jacaré foi muito eficaz em sua estratégia retórica, pois por ser tão absurda provocou tamanha indignação e rechaço, que se fixou intensamente no imaginário popular. Cumpre o mesmo efeito o discurso pelo voto impresso. Efetua um deslocamento da discussão, da suspeita de corrupção ou prevaricação do governo, para a discussão de uma proposta retrógrada e sem eficácia política concreta. Essas imagens de pensamento disparatadas, as propostas e frases de efeito incoerentes, também tratam de captar mais a atenção da opinião pública, do que o enorme número de vitimados pelo coronavírus por dia.

O manejo da heurística de acessibilidade é visto historicamente na maneira como a mídia trata o fenômeno das organizações de guerrilha de esquerda. Vamos tomar o exemplo fictício de que a grande mídia queira passar uma imagem de ‘imparcial’ politicamente e noticie uma ação guerrilheira armada. Mesmo que divulgue o manifesto de libertação nacional e reforma agrária dessa organização, sempre a associa com a imagem de algum atentado que cometeu, com pessoas vitimadas e mortas. Consequentemente, pela heurística de acessibilidade, a opinião pública registrará mais a imagem das pessoas mortas, do que o conteúdo do documento (mesmo que possa se identificar com os ideais da guerrilha), criando assim um juízo negativo sobre as ações da organização guerrilheira (HUR; SABUCEDO, 2019).

Então, consideramos que o montante das falas de efeito de Bolsonaro que parecem disparatadas, absurdas, indecorosas, agressivas, não são emitidas por uma pessoa desarrazoada, louca ou genocida. Pelo contrário, são emitidas e costuradas de forma hábil. Criam uma imagem forte, que se cola ao imaginário da opinião pública, mesmo que ela a abomine, para despistá-la em relação às práticas de desmantelamento do Estado e dos setores públicos, como a saúde, educação, a assistência social, os direitos básicos etc.

Destaca-se que elas são emitidas no estabelecimento de um grande jogo, um grande pacto nacional entre os diferentes poderes, para a consecução da agenda neoliberal. Enquanto parte significativa do Congresso performatiza atacar o governo Bolsonaro, aprova os projetos de leis concordes à agenda neoliberal à toque de caixa. Enquanto a grande mídia ataca a figura do presidente Bolsonaro, deixa de visibilizar o desmantelamento e venda dos bens públicos do país.

Mesmo que a Mídia o ataque intensamente, o trate como o grande bode-expiatório de alguns males do país, não o vislumbra efetivamente como o inimigo concreto. Por exemplo, quando há algum fato, como as manifestações de 29/05/21 pelo 'Fora Bolsonaro', que poderiam influenciar significativamente a opinião pública pelo impedimento de seu governo, os meios de comunicação de massa preferiram diminuir o acontecido e reduzir o potencial de uma possível ação de impeachment. Isso foi visto na pouca cobertura das manifestações no Jornal Nacional da Rede Globo dessa data e nas capas dos jornais O Globo e O Estado de São Paulo de 30/05/21. Tal postura nos faz concluir que, mesmo com os ataques ferozes ao presidente, a mídia não quer o impeachment, pois também está comprometida com a consecução da agenda neoliberal. O próprio Boni (SOBRINHO, 2011) em sua autobiografia já afirmava que a Rede Globo se refere muito mais a um canal de publicidade de produtos, do que para a produção de formação cultural à população. Então privilegia-se mais a produção de conteúdos para captar verbas de patrocinadores, do que veicular informações que proporcionem uma maior conscientização social de seu público.

Nesse período das manifestações contra seu governo, Bolsonaro continuou a usar suas frases de efeito. Para despistar sobre a intensidade dos atos posou para uma foto com um cartaz com os seguintes dizeres escritos: "imorrível, imbroxável, incomível". E também disse que faltou erva nos protestos, fazendo uma alusão que os manifestantes são usuários de maconha. Nesses casos utilizou imagens que assumem grande ancoragem cognitiva, de uma sexualidade viril, potente, do macho, para si, e da droga para seus adversários. Assim, despistou sobre uma preocupação pelo esfacelamento do apoio popular ao seu governo, e falou sobre sua suposta potência e legalidade, enquanto seus inimigos são usuários de uma droga ilegal.

De forma convergente seus asseclas utilizam imagens de pensamento, figuras narrativas, com a mesma função psicossocial. Desconhecemos se a estratégia da utilização da heurística de acessibilidade faz parte da cartilha olavista. Mas naquela mesma semana, na CPI da COVID-19, Mayra Pinheiro, vulgo "Capitã Cloroquina", secretária do Ministério da Saúde, negou que o governo tenha indicado a cloroquina como tratamento contra o coronavírus, trazendo assim uma informação inverídica. Entretanto, na sua fala, aludiu a supostas imagens de pênis que viu na Fiocruz. O resultado é que a opinião pública se fixou mais na imagem do 'pênis' e menos em sua

narrativa ‘inverídica’ em relação à medicação do tratamento precoce. As táticas de despistamento e desinformação funcionaram mais uma vez. E todos nós somos manipulados e incitados por elas, principalmente quando constantemente zombamos delas, e inintencionalmente geramos maior engajamento dos conteúdos de Bolsonaro nas redes sociais, alçando-o sempre aos *trending topics* do Twitter. Enquanto isso, tudo é privatizado, os bens dos super-ricos não param de aumentar e há suspeitas de indícios de superfaturamento em negociações referentes a algumas vacinas para a COVID-19...

Considerações finais

Neste artigo buscamos refletir sobre a função de governamentalidade das frases de efeito do presidente Jair Bolsonaro. Ao realizar uma revisão sobre as diferentes análises sobre seu discurso, categorizamos quatro modalidades discursivas: 1. Bolsonaro ser considerado um louco. 2. Bolsonaro ser considerado um genocida. 3. Bolsonaro estar atrelado a uma necropolítica neoliberal. 4. Bolsonaro emitir frases de efeito como uma estratégia para despistar. Possivelmente as narrativas do presidente contenham elementos dessas quatro modalidades discursivas, não obstante tendemos a atribuir primazia ao quarto tipo.

Os dois primeiros tipos de discursos são redutores e psicologizantes. Deslocam o debate de uma problemática política, para o campo do psicológico e da moral. Já o terceiro e quarto tipos de discurso estão relacionados à governamentalidade neoliberal.

Ressaltamos que o atual problema de gestão política não pode ser reduzido ao individual, ao psíquico, ou a um juízo moral. Consideramos que as frases de efeito de Bolsonaro não são de um louco, ou genocida, pois são muito convergentes com um projeto de uma necropolítica populacional, que instaura uma espécie de governamentalidade necroliberal. Assim, o presidente não pode ser considerado como um insano, um desvairado, mas sim como a face mortífera do neoliberalismo. Seu governo atualiza a lógica neoliberal em seu extremo, gestionando as vidas humanas, tal como se fossem fluxos monetários, sem a produção de mecanismos de cuidados e de segurança a essa mesma população. Produz e destrói para gerar mais lucros e mais-valia para determinado segmento populacional, em detrimento da vida de centenas de milhares de pessoas.

Entretanto, não consideramos que nos posicionamentos do governo federal haja intencionalmente a primazia de uma necropolítica neoliberal, no enxugamento de uma mão-de-obra de desempregados e dos futuros inempregáveis. Compreendemos que as frases de efeito de Bolsonaro estão mais articuladas com uma retórica para despistar sobre as ações neoliberais do Governo. Não há o primado do genocídio: as mortes são mais uma consequência da lógica governamental neoliberal. Bolsonaro cumpre este papel impopular de fazer o jogo neoliberal do mercado, mas desloca o foco das visibilidades em questão. Utiliza o mecanismo da heurística de acessibilidade para desfocar, ou confundir, o principal tema da agenda governamental. É um mecanismo cognitivo de persuasão que utiliza a confusão e o deslocamento. Assim, a opinião pública fica chocada e capturada numa figura narrativa disparatada qualquer, ou com sua omissão frente à pandemia da COVID-19, e não focaliza nos principais temas da plataforma política de governo. Isto é, há uma elaborada gestão de uma retórica governamental que se pauta na emissão das figuras mais escabrosas e incoerentes como cortina de fumaça em relação ao desmantelamento de todos os bens públicos do país, para encobrir suspeitas de corrupção, e no investimento de dinheiro público em empresas privadas.

Então, consideramos que os movimentos sociais, a intelectualidade, a população em geral, não devem reagir visceralmente às frases de efeito do presidente, reproduzindo pilhérias, julgando-se superiores a ele, mas sim focalizar como esse discurso nos mobiliza, e nos faz enfocar em aspectos que não são tão relevantes frente à implantação de um neoliberalismo radical, com o fim dos direitos mais básicos. Os efeitos da retórica e da persuasão sempre existiram no jogo político, mas nesse caso o staff de Bolsonaro é mestre em nos confundir, nos enraivecer e em deslocar as questões.

Referências

- ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e capital**. São Paulo: Ubu, 2021.
- AUSTIN, John. **Cómo hacer cosas con palabras** [1962]. Barcelona: Paidós, 1988.
- BIRMAN, Joel. Psicanalista traça perfil psicológico de Bolsonaro. **Cultura FM**, 17/04/2020. <http://culturafm.cmais.com.br/de-volta-para-casa/psicanalista-traca-perfil-psicologico-de-bolsonaro>

DELEUZE, Gilles. **El poder**: curso sobre Foucault [1986]. Buenos Aires: Cactus, 2014. t. 2.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Capitalismo e Esquizofrenia: O Anti-Édipo** [1972]. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**, vol. 2 [1980a]. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**, vol. 5 [1980b]. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DORNA, Alexandre. **Fait-il avoir peur de l'homme providentiel?** Paris: Bréal, 2012.

DUNKER, Christian. Christian Dunker: BBB, Bolsonaro e saúde mental. **Revista Trip**, 26/02/2021. <https://revistatrip.uol.com.br/trip-fm/christian-dunker-bbb-bolsonaro-e-saude-mental>

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREUD, Sigmund. Psicanálise Silvestre. In S. Freud. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, Vol. 11, p. 207-208 [1910]. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GENOCÍDIO. In **Dicionário Online da Língua Portuguesa**. 2021.

<https://www.dicio.com.br/genocidio/>

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HUR, Domenico U. **Psicologia, Política e Esquizoanálise**. Campinas: Alínea, 2018.

HUR, Domenico U. Populismo: debates entre psicologia política latino-americana e psicanálise. *Revista Psicologia Política*, v. 21, n. 50, p. 87-102, 2021. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v21n50/v21n50a07.pdf>

HUR, Domenico U.; SABUCEDO, José M. Psicologia Social em tempos de crise: entrevista de José Manuel Sabucedo. **Psicologia e Sociedade**, 39, 2019. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31199989>

HUR, Domenico U.; SABUCEDO, José M. (org). **Psicologia dos extremismos políticos**. Petrópolis: Vozes, 2020.

HUR, Domenico U.; SANDOVAL, Salvador. Psicologia Política da polarização e extremismos no Brasil: neoliberalismo, crise e neofascismos. In D. Hur & J.M. Sabucedo. **Psicologia dos extremismos políticos**. Petrópolis: Vozes, 2020.

HUR, Domenico U.; SABUCEDO, José M.; ALZATE, Mónica. Bolsonaro e COVID-19: negacionismo, militarismo e neoliberalismo. **Revista Psicologia Política** (no prelo).

MBEMBE, Achille. **Necropolítica** (3^a ed.). São Paulo: n-1, 2018.

MENDEL, Gérard. **La rebelión contra el padre**. Barcelona: Península, 1971.

SETO, Guilherme. Comunicação de Bolsonaro usa tática militar de ponta, diz especialista. **Folha de São Paulo**, 14/10/2018.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/comunicacao-de-bolsonaro-usa-tatica-militar-de-ponta-diz-especialista.shtml>.

SINGLETON, John. **Boyz n the hood**. Longa metragem, 1991.

SOBRINHO, José Bonifácio. **O livro do Boni**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2011.

SOBRINHO, Wanderley Preite. Bolsonaro gastou R\$ 1,8 milhão no Carnaval deste ano. **UOL**, 26/05/2021. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/26/bolsonaro-gastos-no-carvanel-cartao-corporativo-avioes.htm>

TOMAZELLI, Idiana; WARTH, Anne. Na fila para ser privatizado, Correios têm lucro de R\$ 1,5 bilhão em 2020. **Estadão**, 20/05/2021.

<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/05/20/na-fila-para-ser-privatizado-correios-tem-lucro-de-r-15-bi.htm>

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Availability: A heuristic for judging frequency and probability. **Cognitive Psychology**, vol. 5, n. 2, 1973, p. 207-232

[https://doi.org/10.1016/0010-0285\(73\)90033-9](https://doi.org/10.1016/0010-0285(73)90033-9)